



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Relatório INSP-2020-0067

BI-2019-0066

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 12/06/2019 **Hora:** 17h00 **Tipo:** Ação Direta

Motivo da inspeção: Rotina

Inspetor responsável: Luis MAS. Machado

Outros inspetores da IRA: João PRFB. Silva

Descrição da inspeção:

Inspeção integrada na campanha de inspeções a Operadores de Gestão de Resíduos

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: Equiambi - Equipamento, Serviço e Gestão Ambientais, Sociedade Unipessoal, Lda **NIPC/NIF:** 512044465

Sede/morada: Estrada do Pico Castelhana S N Chã do Rego D' Agua

Código Postal: 9560-301

Freguesia: Cabouco

Concelho: Lagoa (São Miguel)

Ilha: Ilha de São Miguel

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: Centro de Processamento de Resíduos de São Jorge

Endereço: Estrada Regional, nº 1/2, km 30

Código Postal: 9850-030

Freguesia: Calheta

Concelho: Calheta (São Jorge)

Ilha: Ilha de São Jorge

Atividade principal: 38322 - Valorização de resíduos não metálicos

Outras atividades: 39111, 38112, 38120

Período de funcionamento: 7h30 – 16h30

Licenciamento da atividade: Alvará para a realização de operações de gestão de resíduos n.º 2/DRA/2014



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE



Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

2 – Descrição do estabelecimento / atividade

O centro de processamento de resíduos de São Jorge (CPRVO – SJ), é uma instalação licenciada para a realização de operações de gestão de resíduos. O centro pode realizar as operações de gestão de resíduos com os códigos R3, R12, R13, D13 e D15 (conforme os anexos I a IV do Decreto Legislativo Regional nº 29/2011/A, de 16 de novembro), e tem uma capacidade instalada de 20 000 toneladas ano.

O centro é composto por: uma instalação de apoio, um ecocentro, um centro de valorização orgânica por compostagem, uma estação de transferência, um sistema de tratamento de odores, um sistema de combate a incêndios e uma estação de tratamento de águas lixiviantes.



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

3 – Água de consumo

3.1 – Consumo de água no estabelecimento

A água utilizada no estabelecimento é proveniente de:

- ☒ Rede pública ☐ Captação própria em DPH ☐ Captação própria em RH particulares

3.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao consumo de água

Relativamente às captações próprias verificou-se o seguinte:

| Requisito | Enq. legal | Verificado | Evidências / Justificação |
|--|-----------------------------------|---------------|---------------------------|
| a) Licenciamento prévio da utilização privativa dos recursos hídricos do domínio público. | Art.º 60.º Lei 58/2005 | Não aplicável | |
| b) Autorização prévia da utilização de recursos hídricos particulares. | n.º 1 art.º 62.º Lei 58/2005 | Não aplicável | |
| c) Comunicação prévia da captação de águas particulares quando os meios de extração não excedam os 5 cv. | n.º 4 art.º 62.º Lei 58/2005 | Não aplicável | |
| d) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença / autorização. | n.º 1, art.º 5.º DL 226-A/2007 | Não aplicável | |
| e) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença / autorização. | n.º 2, art.º 5.º DL 226-A/2007 | Não aplicável | |
| f) Outras condições impostas pela licença ou autorização | TURH | Não aplicável | |

O centro faz a recuperação de água pluvial (tanque de 3 920 m³), que é utilizada na lavagem de rodados e no interior dos camiões

4 – Águas residuais

4.1 – Produção, tratamento e rejeição de águas residuais

São produzidas águas residuais das tipologias assinaladas no quadro seguinte.

| Tipologia de águas residuais | Origem | Sistema de tratamento | Meio recetor |
|--|--|-----------------------|--------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> Urbanas | Balneários, wc e refeitório | ETAL – não funciona | Solo |
| <input type="checkbox"/> Industriais biodegradáveis abrangidas pelo art.º 28.º DLR 18/2009/A | | | |
| <input checked="" type="checkbox"/> Outro tipo de águas residuais industriais | Pavimento, nave de compostagem, lavagem de rodados | ETAL – não funciona | Solo |

Lamas de depuração resultantes do tratamento de águas residuais

- ☒ Não produz lamas de depuração. A ETAL não funciona.
- ☐ Produz lamas de depuração, as quais têm o seguinte encaminhamento:
- ☐ Operador de gestão de resíduos;
 - ☐ Valorização agrícola;
 - ☐ Outro;



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

4.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao tratamento e rejeição de águas residuais e lamas de depuração

Relativamente ao tratamento e rejeição de águas residuais verificou-se o seguinte:

| Requisito | Enq. legal | Verificado | Evidências / Justificação |
|---|---|---------------|---|
| a) Autorização da descarga de águas residuais industriais nos sistemas públicos de drenagem. | Art.º 14.º DLR 18/2009/A | | |
| b) Licenciamento prévio da rejeição no domínio público ou particular dos recursos hídricos. | n.º 1, art. 60.º e n.º 2, art. 62.º Lei 58/2005 | Cumprido | Licença de descarga de águas residuais, alvará nº AR/2014/82. |
| c) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença. | n.º 1, art.º 5.º DL 226-A/2007 | Não cumprido | Não é efetuada monitorização |
| d) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença. | n.º 2, art.º 5.º DL 226-A/2007 | Não cumprido | Como não é efetuada monitorização, não há dados para enviar. |
| e) Comunicação, no prazo de 24 horas, de qualquer acidente ou anomalia grave no funcionamento da instalação com influência nas condições de rejeição. | n.º 6, art.º 5.º DL 226-A/2007 | Não aplicável | A ETAL não funciona. |
| f) Cumprimento de outros requisitos constantes da licença. | TURH | Não cumprido | Não cumprem com o ponto 17 da licença de descarga de águas residuais. a) Controle das variáveis do processo na ETAR/L, com recolha de amostras, sua caracterização, análise dos resultados obtidos e implementação das medidas corretivas em tempo; b) Cumprimento do programa de manutenção de forma a obter o funcionamento contínuo e fiável dos equipamentos. |
| g) Encaminhamento das lamas de depuração para destino adequado ou autorizado. | Art.º 43.º DLR 18/2009/A | Não aplicável | A ETAL não funciona, logo, não produz lamas. |
| h) Realização de análises às lamas encaminhadas para valorização agrícola. | Art.º 48.º DLR 18/2009/A | Não aplicável | |
| i) Comunicação semestral de informação em matéria de produção de lamas. | Art.º 53.º DLR 18/2009/A | Não aplicável | |

5 – Resíduos

5.1 – Resíduos recebidos/geridos

5.1.1 – Admissão e registo de resíduos

o registo é efetuado em papel e transferido para folhas de Excel.

5.1.2 – Tipologias de resíduos recebidos no estabelecimento

| Tipologia de resíduos recebidos | Quantidade (Ton.) | Operações | Obs. |
|--|-------------------|------------|-----------|
| <input checked="" type="checkbox"/> Resíduos perigosos não urbanos | 11,34 | R 13 e D15 | SRIR 2018 |
| <input checked="" type="checkbox"/> Outros resíduos não urbanos | 857,44 | R 13 | SRIR 2018 |
| <input type="checkbox"/> Resíduos hospitalares | | | |



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

| Tipologia de resíduos recebidos | | Quantidade (Ton.) | Operações | Obs. |
|-------------------------------------|------------------|-------------------|-----------|-----------|
| <input checked="" type="checkbox"/> | Resíduos urbanos | 2662,06 | R13 | SRIR 2018 |

(Quantitativos baseados no registo “Mapa de entrada de resíduos” de 2018)

5.1.3 – Principais origens dos resíduos

| Nome | Obs. |
|---|-----------|
| Câmara Municipal de Velas | SRIR 2018 |
| Câmara Municipal da Calheta | |
| Empresas | |
| Entidades públicas e instituições/associações | |
| Particulares/privados | |

(Quantitativos baseados no registo “Mapa de entrada de resíduos” de 2018)

5.1.4 – Principais resíduos resultantes da atividade

| LER | Designação | Quantidade (Ton.) | Destino |
|----------|--|-------------------|---------|
| 19 12 12 | Outros resíduos do tratamento mecânico de resíduos | 649,08 | OGR |
| 19 12 04 | Plásticos e borrachas | 334,94 | |
| 191201 | Papel e Cartão | 209,69 | |
| 15 01 03 | Embalagens de madeira | 32,30 | |
| 19 12 02 | Metais ferrosos | 165,96 | |
| 16 01 17 | | | |
| 15 01 07 | Embalagens de vidro | 154,74 | |
| 16 01 03 | Pneus usados | 29,67 | |
| 15 01 03 | Embalagens de madeira | 22,04 | |
| 160106 | VFV | 11,5 | |

(Quantitativos baseados no registo “Mapa de entrada de resíduos” de 2018)

5.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à produção e gestão de resíduos

5.2.1 - Relativamente à produção e gestão dos resíduos no estabelecimento verificou-se o seguinte:

| Requisito | Enq. legal | Verificado | Evidências / Justificação |
|---|------------------------------------|------------|---------------------------|
| a) Separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras | n.º 5, art.º 11.º DLR 29/2011/A | Cumprido | |
| b) Cumprimento do dever de assegurar a gestão dos resíduos por parte do produtor | Art.º 12.º DLR 29/2011/A | Cumprido | |



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

| Requisito | Enq. legal | Verificado | Evidências / Justificação |
|---|--|-----------------------|---|
| c) Cumprimento das normas de armazenagem e de triagem de resíduos | Art.º 33.º DLR 29/2011/A | Cumprido parcialmente | Verificaram-se armazenagem de resíduos não inertes em local não coberto, misturas de resíduos e armazenagem de resíduos em locais não identificados, nomeadamente: resíduos de plástico, resíduos de metais VFV e outros, bem como um contentor para armazenamento de RCD não identificado. |
| d) Cumprimento das normas de gestão de resíduos perigosos | Art.º 40.º a 44.º DLR 29/2011/A | Não aplicável | |
| e) Cumprimento das normas de gestão de resíduos hospitalares | Art.º 45.º a 47.º DLR 29/2011/A | Não aplicável | |
| f) Cumprimento das normas de gestão de resíduos de construção e demolição | Art.º 48.º a 53.º DLR 29/2011/A | Não aplicável | |
| g) Cumprimento das normas sobre transporte rodoviário de resíduos. | Art.º 59.º e 60.º DLR 29/2011/A | Cumprido | |
| h) Inscrição do estabelecimento no SRIR | Art.º 161.º DLR 29/2011/A | Cumprido | |
| i) Submissão e preenchimento dos mapas de registo no SRIR | Art.º 167.º e 168.º DLR 29/2011/A | Cumprido | |
| j) Cumprimento das normas de gestão, armazenagem, reutilização e valorização de pneus usados | Art.º 24.º a 26.º DLR 24/2012/A | Cumprido | |
| k) Cumprimento das normas de gestão, recolha, armazenagem, reciclagem e valorização de óleos minerais usados | Art.º 28.º a 35.º DLR 24/2012/A | Cumprido | |
| l) Cumprimento das normas de transporte, receção e desmantelamento de veículos em fim de vida | Art.º 38.º a 43.º DLR 24/2012/A | Cumprido | Não faz transporte nem desmantelamento de VFV. |
| m) Cumprimento das normas de recolha, transporte e tratamento de Resíduos de Equipamento Elétricos e Eletrónicos (REEE) | DL 67/2014 | Cumprido | |
| n) Cumprimento das normas de armazenagem e tratamento de pilhas e acumuladores | Art. 51.º DLR 24/2012/A | Não cumprido | Os contentores para os acumuladores e pilhas não são estanques. |
| o) Cumprimento das normas de gestão de óleos alimentares usados | Art.º 53.º, 57.º e 58.º DLR 24/2012/A | Cumprido | |
| p) Cumprimento das normas relativas a movimento transfronteiriço de resíduos | Art.º 54.º e 53.º do DLR 29/2011/A e Reg. (CE) n.º 1013/2006 | Não aplicável | |

5.2.2 – Relativamente aos requisitos técnicos mínimos das instalações de operação de gestão de resíduos e às condições impostas na licença para a realização de operações de gestão de resíduos verificou-se o seguinte:

| Requisito | Enq. legal | Verificado | Fundamentação |
|---|--|------------|---------------|
| a) “O Centro de Processamento de Resíduos de São Jorge é composto por um centro de valorização orgânica por compostagem com sistema de tratamento de odores, um ecocentro, uma estação de transferência, uma estação de tratamento de águas lixivantes e instalações de apoio.” | Condição a) do nº 4 do Alvará 2/DRA/2014 | Cumprido | |



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

| Requisito | Enq. legal | Verificado | Fundamentação |
|---|--|-----------------------|---|
| b) “No centro de valorização orgânica por compostagem são realizadas as operações de triagem, armazenagem e valorização orgânica por compostagem, e ainda a estabilização de resíduos indiferenciados. O espaço destina-se ao tratamento de matéria orgânica de origem doméstica e florestal, através de biodegradação aeróbia, com vista à produção de composto. Neste espaço poderão ainda ser realizadas operações de triagem e armazenagem de outras tipologias de resíduos.” | Condição b) do nº 4 do Alvará 2/DRA/2014 | Não cumprido | Não é efetuada compostagem |
| c) “O centro de valorização orgânica por compostagem está equipado com 2 tapetes mecânicos, um separador de metais, um crivo e triturador de verdes. O sistema de desodorização é composto por <i>scrubber</i> , ventilador e biofiltro pré-fabricado.” | Condição c) do nº 4 do Alvará 2/DRA/2014 | Cumprido parcialmente | O sistema de desodorização não funciona |
| d) “No ecocentro são realizadas as operações de receção e armazenagem de resíduos para posterior encaminhamento para destino adequado.” | Condição d) do nº 4 do Alvará 2/DRA/2014 | Cumprido | |
| e) “O ecocentro está equipado com diversos contentores, alguns dos quais com função de contentor-compactor.” | Condição e) do nº 4 do Alvará 2/DRA/2014 | Cumprido | |
| f) “Na estação de transferência são realizadas as operações de compactação e armazenagem para posterior expedição dos resíduos para destino final.” | Condição f) do nº 4 do Alvará 2/DRA/2014 | Cumprido | |
| g) “A estação de transferência é constituída por uma tremonha de alimentação, um compactador estacionário, uma mesa de transladação e três contentores fechados de 30 m³.” | Condição g) do nº 4 do Alvará 2/DRA/2014 | Não verificado | Existe uma estação de transferência. Não foi verificada a sua constituição. |
| h) “Os resíduos a acondicionar e compactar na estação de transferência são conduzidos à plataforma onde são descarregados para a tremonha que os conduzirá ao compactador. Este procederá à compactação dos resíduos para o interior do contentor fechado existente na plataforma inferior, sob a mesa de transladação.” | Condição h) do nº 4 do Alvará 2/DRA/2014 | Não verificado | |
| i) “O Centro de Processamento de Resíduos de São Jorge poderá contemplar operações de armazenagem de resíduos hospitalares, desde que seja cumprido o disposto na legislação aplicável.” | Condição i) do nº 4 do Alvará 2/DRA/2014 | Não aplicável | |
| j) “O Centro de Processamento de Resíduos de São Jorge poderá contemplar o desmantelamento de veículos em fim de vida, o tratamento de resíduos de equipamento elétrico e eletrónico, e quando adequado, de outras tipologias de resíduos, desde que seja cumprido o disposto na legislação aplicável.” | Condição j) do nº 4 do Alvará 2/DRA/2014 | Não aplicável | |
| k) “O Centro de Processamento de Resíduos de São Jorge poderá contemplar operações de armazenagem e tratamento de subprodutos e cadáveres animais, desde que seja cumprido o disposto na legislação aplicável.” | Condição k) do nº 4 do Alvará 2/DRA/2014 | Não aplicável | |



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

| Requisito | Enq. legal | Verificado | Fundamentação |
|---|--|----------------|--|
| l) “O Centro de Processamento de Resíduos de São Jorge poderá contemplar operações de gestão de resíduos de explosivos, desde que seja cumprido o disposto na legislação aplicável.” | Condição l) do nº 4 do Alvará 2/DRA/2014 | Não aplicável | |
| m) “Poderão ser exercidas atividades diferentes daquelas que constituem objeto da licença, desde que sejam atividades acessórias ou complementares às operações de gestão de resíduos e subprodutos, carecendo sempre dos procedimentos administrativos necessários.” | Condição m) do nº 4 do Alvará 2/DRA/2014 | Não verificado | |
| n) “Quando aplicável, os resíduos recebidos no Centro de Processamento de Resíduos de São Jorge são entregues a operadores que contratualizam a gestão de resíduos com as respetivas entidades gestoras de fluxos específicos de resíduos.” | Condição n) do nº 4 do Alvará 2/DRA/2014 | Cumprido | Para as tipologias de resíduos de REEE, óleos usados, pneus e embalagens |
| o) “O Centro de Processamento de Resíduos de São Jorge está dotado de sistema de recolha, drenagem e tratamento de águas residuais e de derramamentos. A descarga de águas residuais está devidamente licenciada, com alvará de licença de descarga de águas residuais n.º AR/2014/82 e a instalação tem disponível uma cópia do alvará.” | Condição o) do nº 4 do Alvará 2/DRA/2014 | Cumprido | |
| p) “A instalação está dotada com estação de tratamento de águas lixivantes onde é realizado o tratamento biológico e físico-químico das águas lixivantes provenientes do centro.” | Condição p) do nº 4 do Alvará 2/DRA/2014 | Não cumprido | A ETAL não está em funcionamento |
| q) “Nesta estação existe um sistema de tamisação, seguido de tratamento biológico efetuado num tanque de arejamento prolongado. Após este tratamento, é realizado o tratamento físico-químico no tanque de arejamento rápido, seguido do tanque de mistura lenta e posteriormente do decantador secundário. As lamas resultantes deste tratamento são desidratadas. Existe um reservatório de armazenagem de água tratada que permite a recirculação da água para o Centro de Valorização Orgânica por Compostagem.” | Condição q) do nº 4 do Alvará 2/DRA/2014 | Não verificado | Não foi verificada a constituição da ETAL. A ETAL não funciona, logo não são produzidas lamas. |
| r) “As instalações de apoio compreendem, nomeadamente o edifício da portaria, a zona administrativa e de apoio à exploração, a oficina, o armazém, báscula para controlo e pesagem, estacionamento de viaturas e de contentores, os reservatórios de água de serviço e incêndio, posto de transformação e estação elevatória de águas residuais.” | Condição r) do nº 4 do Alvará 2/DRA/2014 | Não verificado | Não foi verificado se existem reservatórios de água de serviço e incêndio, posto de transformação e estação elevatória de águas residuais. |
| s) “O Centro de Processamento de Resíduos de São Jorge está equipado com equipamentos de combate a incêndios. Todos os extintores existentes estão validados, e estão instalados em locais facilmente acessíveis e dotados da devida sinalética.” | Condição s) do nº 4 do Alvará 2/DRA/2014 | Não verificado | |



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

| Requisito | Enq. legal | Verificado | Fundamentação |
|---|---|-----------------------|--|
| t) “Existem estruturas e dispositivos que impedem o livre acesso à instalação, nomeadamente vedação e portão de entrada controlado, o qual se mantém fechado fora das horas de funcionamento.” | Condição t) do nº 4 do Alvará 2/DRA/2014 | Cumprido parcialmente | Foi aberta, na rede de vedação, uma zona para dar acesso do centro ao local de armazenagem de sobranes vegetais. |
| u) “Existe um painel, afixado à entrada em lugar bem visível do exterior, onde consta, nomeadamente, a designação do operador e da instalação, os dias e horário de funcionamento da instalação e os contactos telefónicos e eletrónicos dos responsáveis pela instalação.” | Condição u) do nº 4 do Alvará 2/DRA/2014 | Cumprido parcialmente | O painel não informa sobre os dias e horário de funcionamento da instalação e a informação colocada junto à receção não é visível do exterior. |
| v) “Está disponível um sistema de pesagem com balança para quantificar e registar os resíduos admitidos.” | Condição v) do nº 4 do Alvará 2/DRA/2014 | Cumprido | |
| w) “Existem áreas de estacionamento e circuitos de movimentação específicos para as viaturas afetas às operações de gestão de resíduos.” | Condição w) do nº 4 do Alvará 2/DRA/2014 | Não cumprido | Não existem áreas de estacionamento e circuitos de movimentação específicos para as viaturas afetas às operações de gestão de resíduos. |
| x) “Todas as áreas de gestão estão delimitadas e identificadas por tipologia ou fluxo de resíduos e por tipologia de operação, incluindo áreas exteriores.” | Condição x) do nº 4 do Alvará 2/DRA/2014 | Não cumprido | Existem áreas exteriores não delimitadas, nem identificadas, nomeadamente de armazenamento de plásticos, de VFV e metais. |
| y) “As áreas de armazenagem de matérias-primas, de produtos acabados e dos resíduos gerados internamente no desenvolvimento das operações estão delimitadas e identificadas.” | Condição y) do nº 4 do Alvará 2/DRA/2014 | Não verificado | |
| z) “A armazenagem e a triagem de resíduos são feitas em local coberto e pavimentado, requisitos não obrigatórios no caso de resíduos inertes.” | Condição z) do nº 4 do Alvará 2/DRA/2014 | Não cumprido | O ecocentro não é coberto, local onde se armazenam os monstros, as madeiras, entre outros resíduos. |
| aa) “Durante a recolha, transporte e armazenamento temporário, os resíduos perigosos são embalados e rotulados de acordo com as normas nacionais, comunitárias e internacionais em vigor aplicáveis às substâncias em presença.” | Condição aa) do nº 4 do Alvará 2/DRA/2014 | Não verificado | |
| bb) “É proibida a mistura entre diferentes categorias de resíduos perigosos, bem como de resíduos perigosos com outras categorias de resíduos, substâncias ou materiais, sendo expressamente proibida a diluição de substâncias perigosas.” | Condição bb) do nº 4 do Alvará 2/DRA/2014 | Cumprido | |
| cc) “Os resíduos perigosos são armazenados separadamente dos resíduos não perigosos.” | Condição cc) do nº 4 do Alvará 2/DRA/2014 | Cumprido | |
| dd) “Os resíduos perigosos líquidos são armazenados em contentores estanques de parede dupla ou em contentores com bacia de retenção, existindo no local equipamento de contenção de derrames adequado às características físico-químicas do resíduo.” | Condição dd) do nº 4 do Alvará 2/DRA/2014 | Cumprido | |
| ee) “Todos os contentores utilizados na armazenagem de resíduos têm a identificação dos resíduos por nome comum e código LER. É recomendável que no caso de a armazenagem ter duração superior a um mês, seja mencionada a identificação do produtor e do transportador, bem como a data de enchimento do contentor.” | Condição ee) do nº 4 do Alvará 2/DRA/2014 | Cumprido parcialmente | Alguns contentores não estão identificados, nomeadamente RCD, resíduos de vidro e de plástico. Não foi verificada a data de enchimento do contentor. |



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

| Requisito | Enq. legal | Verificado | Fundamentação |
|--|---|----------------|---------------------------------|
| ff) “Estão fixados procedimentos de controlo de resíduos, nomeadamente quanto ao processo de admissão de resíduos, registo do acompanhamento do transporte rodoviário de resíduos e de carregamento do Sistema Regional de Informação sobre Resíduos.” | Condição ff) do nº 4 do Alvará 2/DRA/2014 | Não verificado | |
| gg) “É mantido um registo cronológico da quantidade, natureza e origem dos resíduos e do destino, frequência da recolha, modo de transporte e método de tratamento previsto no que diz respeito aos resíduos perigosos.” | Condição gg) do nº 4 do Alvará 2/DRA/2014 | Cumprido | Registo em folhas Excel. |
| hh) “O transporte rodoviário de resíduos cumpre com as regras estabelecidas nos artigos 59.º e 60.º do Decreto Legislativo Regional nº 29/2011/A, de 16 de Novembro e é acompanhado por guia devidamente preenchida.” | Condição hh) do nº 4 do Alvará 2/DRA/2014 | Cumprido | |
| ii) “A qualidade e utilizações do composto resultante da valorização por compostagem obedecem às especificações técnicas referidas em anexo a este alvará o qual faz parte integrante.” | Condição ii) do nº 4 do Alvará 2/DRA/2014 | Não aplicável | |
| jj) “A colocação do composto, no mercado, como corretivo agrícola orgânico está obrigada a autorização por parte da Direção Regional do Apoio ao Investimento e à Competitividade.” | Condição jj) do nº 4 do Alvará 2/DRA/2014 | Não aplicável | Não coloca composto no mercado. |

6 – Substâncias perigosas

6.1 – Substâncias perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento

Foram identificadas as seguintes substâncias e misturas perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento:

| Papel na cadeia de abastecimento ^{a)} | Substâncias |
|--|-------------|
| - | - |

^{a)} DU – Utilizador a jusante.

6.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas

Relativamente à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas verificou-se o seguinte:

| Requisito | Enq. legal | Verificado | Evidências / Justificação |
|--|-----------------------------|---------------|---------------------------|
| a) Registo das substâncias na Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA). | Art. 5.º REACH | Não aplicável | |
| b) Realização de uma avaliação de segurança química e elaboração do respetivo relatório, para substâncias fabricadas ou importadas em quantidades superiores a 10 t/ano. | Art. 14.º REACH | Não aplicável | |
| c) Rotulagem das substâncias e misturas contidas em embalagem. | Art. 17.º Reg. CE 1272/2008 | Não aplicável | |
| c) Cumprimento do dever de reunir e manter disponível a informação durante, pelo menos, 10 anos. | Art. 36.º REACH | Não aplicável | |



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

| Requisito | Enq. legal | Verificado | Evidências / Justificação |
|--|------------------------|---------------|---------------------------|
| d) Fornecimento de ficha de dados de segurança redigida em língua portuguesa e elaborada em conformidade com o anexo II do REACH. | Art. 8º DL 293/2009 | Não aplicável | |
| e) Atualização da ficha de dados de segurança e distribuição da mesma a todos os anteriores destinatários a quem tenha sido fornecida a substância nos 12 meses antecedentes. | n.º 9, art. 31.º REACH | Não aplicável | |
| f) Elaboração de um relatório de segurança química por parte do utilizador a jusante quando a utilização não se enquadre nas condições descritas num cenário de exposição. | n.º 4 art. 37.º REACH | Não aplicável | |
| g) Identificação e aplicação, por parte do utilizador a jusante, das medidas apropriadas para o controlo adequado dos riscos, com base na informação que lhe tenha sido fornecida. | n.º 5 art. 37.º REACH | Não aplicável | |

REACH: Regulamento CE n.º 1907/2006, de 18 de dezembro.

7 – Qualidade do ar e proteção da atmosfera

7.1 – Emissão de poluentes para a atmosfera

7.1.1 – Fontes de emissão de poluentes para a atmosfera

Foram identificadas no estabelecimento as fontes de emissão de poluentes para a atmosfera constantes do quadro seguinte.

| Fonte poluente | Tipo | Setor | Medidas de mitigação / tratamento |
|---|--------|-------|-----------------------------------|
| Resíduos orgânicos no centro de valorização orgânica. | Difusa | | |

7.1.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera

Relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera verificou-se o seguinte:

| Requisito | Enq. legal | Verificado | Evidências / Justificação |
|--|--------------------------------|---------------|---|
| a) Adoção de medidas especiais para minimização das emissões difusas. | Art. 44.º DLR 32/2012/A | Não cumprido | Resíduos orgânicos (refugo) e composto depositados no exterior e o sistema de desodorização não funciona. |
| b) Dimensionamento, exploração e manutenção adequados de equipamentos de tratamento de efluentes gasosos. | Art. 45.º DLR 32/2012/A | Não aplicável | |
| c) Cumprimento do dever de monitorização pontual das emissões. | Art. 53.º DLR 32/2012/A | Não aplicável | |
| d) Cumprimentos do dever de monitorização em contínuo das emissões. | Art. 54.º DLR 32/2012/A | Não aplicável | |
| e) Comunicação dos resultados da monitorização à autoridade ambiental nos prazos e contendo a informação aplicáveis. | Art. 57.º DLR 32/2012/A | Não aplicável | |
| f) Cumprimento dos valores limite de emissão aplicáveis. | Art. 58.º e 59.º DLR 32/2012/A | Não aplicável | |
| g) Adoção de medidas de ação no caso de incumprimentos de valores limite de emissão. | Art. 60.º DLR 32/2012/A | Não aplicável | |



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

| Requisito | Enq. legal | Verificado | Evidências / Justificação |
|--|--------------------------------|---------------|---------------------------|
| h) Descarga dos poluentes na atmosfera através de chaminé de altura e demais características construtivas adequadas, para permitir uma boa dispersão dos poluentes bem como a realização das amostragens de monitorização. | Art. 63.º a 66.º DLR 32/2012/A | Não aplicável | |

7.2 – Utilização de gases fluorados

7.2.1 – Equipamentos com gases fluorados

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos contendo gases fluorados com efeito de estufa:

| TECO ₂ * | Número de equipamentos | Tipos de gases fluorados |
|------------------------------|------------------------|--------------------------|
| TECO ₂ < 5 | 2 | R410A |
| 5 ≤ TECO ₂ < 50 | | |
| 50 ≤ TECO ₂ < 500 | | |
| TECO ₂ ≥ 500 | | |

* TECO₂ – toneladas equivalente de CO₂

7.2.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com gases fluorados

Relativamente a equipamentos com gases fluorados verificou-se o seguinte:

| Requisito | Enq. legal | Verificado | Evidências / Justificação |
|--|---------------------------|---------------|---------------------------|
| a) Verificação para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de gases fluorados. | art. 4.º Reg. CE 517/2014 | Não aplicável | |
| b) Instalação de um sistema de deteção de fugas em equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa em quantidade superior a 500 toneladas equivalentes de CO ₂ | art. 5.º Reg. CE 517/2014 | Não aplicável | |
| c) Atividades de deteção de fugas, recuperação, instalação, reparação, manutenção ou assistência técnica e desmantelamento de equipamentos com gases fluorado com efeito de estufa, executadas por pessoas singulares certificadas que pertençam a empresas certificadas (quando aplicável). | Art. 13.º, DL 145/2017 | Não aplicável | |
| d) Intervenção em sistemas de ar condicionado, instalados em veículos a motor, que contenham gases fluorados com efeitos de estufa, executada por pessoa singular titular de um atestado de formação. | Art. 18.º, DL 145/2017 | Não aplicável | |
| e) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas. | Art. 6.º Reg. CE 517/2014 | Não aplicável | |
| f) Comunicação de dados sobre a utilização de gases fluorados à autoridade ambiental, até 31 de março de cada ano. | Art. 5.º DL 145/2017 | Não aplicável | |
| g) Recuperação de gases fluorados dos equipamentos em fim de vida. | Art. 19.º e 20.º 145/2017 | Não aplicável | |



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

7.3 – Utilização de solventes orgânicos (COV)

7.3.1 – Atividades que utilizam solventes orgânicos

Foram identificadas no estabelecimento as seguintes atividades que utilizam solventes orgânicos em quantidades superiores aos limiares de aplicabilidade estabelecidos no anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto.

| Descrição da atividade | Enquadramento da atividade ^{a)} | Limiar (t/ano) ^{a)} | Consumo de solventes (t/ano) |
|------------------------|--|------------------------------|------------------------------|
| - | - | - | - |

^{a)} Parte 2 do anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013

7.3.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente à utilização de solventes orgânicos

Relativamente à utilização de solventes orgânicos verificou-se o seguinte:

| Requisito | Enq. legal | Verificado | Evidências / Justificação |
|---|-----------------------------|---------------|---------------------------|
| a) Envio de informação à autoridade ambiental para efeitos do registo nacional de COV. | n.º 1 art. 96.º DL 127/2013 | Não aplicável | |
| b) Substituição das substâncias ou misturas às quais são atribuídas as advertências de perigo H340, H350, H350i, H360D ou H360F, devido ao seu teor de COV classificados como cancerígenos, mutagénicos ou tóxicos para a reprodução, por outras menos nocivas. | Art. 97.º DL 127/2013 | Não aplicável | |
| c) Monitorização e cumprimento dos VLE nos efluentes gasosos. | Art. 99.º DL 127/2013 | Não aplicável | |
| d) Envio de informação à autoridade ambiental com periodicidade anual que permita verificar o cumprimento dos VLE e demais requisitos. | Art. 100.º DL 127/2013 | Não aplicável | |

7.4 – Utilização de substâncias que empobrecem a camada de ozono

7.4.1 – Equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono (ODS)

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono:

| Carga de gás (kg) | Número de equipamentos | Tipos de gases |
|-------------------|------------------------|----------------|
| Carga < 3 | - | - |
| 3 ≤ Carga < 30 | - | - |
| 30 ≤ Carga < 300 | - | - |
| Carga ≥ 300 | - | - |

7.4.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com ODS

Relativamente a equipamentos com ODS verificou-se o seguinte:

| Requisito | Enq. legal | Verificado | Evidências / Justificação |
|---|------------------------------------|---------------|---------------------------|
| a) Controlo para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de ODS. | n.º 2, art. 23.º Reg. CE 1005/2009 | Não aplicável | |
| b) Operações de manutenção, reparação e assistência, incluindo a verificação para deteção de fugas, realizadas por técnicos qualificados. | n.º 2, art. 3.º DL 152/2005 | Não aplicável | |



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

| Requisito | Enq. legal | Verificado | Evidências / Justificação |
|--|------------------------------------|---------------|---------------------------|
| c) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas. | n.º 3, art. 23.º Reg. CE 1005/2009 | Não aplicável | |
| d) Preenchimento das fichas de registo das intervenções em equipamentos por parte dos técnicos qualificados. | Art. 4.º DL 85/2014 | Não aplicável | |

8 – Ruído (atividades ruidosas permanentes)

8.1 – Enquadramento do estabelecimento

| Tipo de exposição humana na envolvente | Classificação da zona envolvente | Período de funcionamento do estabelecimento |
|--|----------------------------------|---|
| Nenhuma | Não classificada | Período diurno - 7h às 21h |

8.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente ao ruído

| Requisito | Enq. legal | Verificado | Evidências / Justificação |
|---|------------------------------------|---------------|---------------------------|
| a) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de avaliação de impacte ambiental. | n.º 1 e 7 art.º 25.º DLR 23/2010/A | Não aplicável | |
| b) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de licenciamento / autorização de instalação. | n.º 1 e 8 art.º 25.º DLR 23/2010/A | Não aplicável | |
| c) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado através de outra avaliação acústica. | n.º 1 art.º 25.º DLR 23/2010/A | Não aplicável | |

9 – Regimes específicos

9.1 – Estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental

Requisitos específicos aplicáveis a estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental:

| Requisito | Enq. legal | Verificado | Evidências / Justificação |
|--|-----------------------------------|---------------|---------------------------|
| a) Submissão do RAA no prazo definido | | Não aplicável | |
| b) Submissão do PRTR no prazo definido | Art.º 102.º a 104.º DLR 30/2010/A | Não aplicável | |
| c) Cumprimento de outros requisitos impostos na licença ambiental ou declaração de impacte ambiental | | Não aplicável | |
| d) Obrigação de possuir título de emissão de gases com efeito de estufa (atividades do anexo V) | Art.º 96.º DLR 30/2010/A | Não aplicável | |



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

| Requisito | Enq. legal | Verificado | Evidências / Justificação |
|---|--|---------------|---------------------------|
| e) Submissão do relatório relativo às emissões ocorridas no ano civil anterior, dentro do prazo – (instalações com título de emissão de gases com efeito de estufa) | n.º 3 do artigo 100.º DLR 30/2010/A | Não aplicável | |

9.2 – Roedores, invasores e comensais

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2012/A, de 17 de novembro:

- Recolha, transformação e tratamento de subprodutos e resíduos

Requisitos:

| Requisito | Enq. legal | Verificado | Evidências / Justificação |
|---|------------------------|------------|---------------------------|
| a) Boas práticas | Art. 5.º DLR 31/2012/A | Cumprido | |
| b) Planos de controlo integrado de roedores | Art. 5.º DLR 31/2010/A | Cumprido | |

9.3 – Doença do legionário

9.3.1 – Equipamentos ou instalações identificados no estabelecimento

Foram identificados equipamentos ou sistemas abrangidos pela Lei n.º 52/2018, de 20 de agosto, que estabelece o regime de prevenção e controlo da doença do legionário, assinalados no quadro seguinte:

| Tipologia de equipamento ou sistema | Identificado no estabelecimento? | Observações |
|---|----------------------------------|-------------|
| a) Equipamentos de transferência de calor associados a sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado ou a unidades de tratamento do ar, desde que possam gerar aerossóis de água: | | |
| i) Torres de arrefecimento | Não aplicável | |
| ii) Condensadores evaporativos | Não aplicável | |
| iii) Sistemas de arrefecimento de água de processo industrial | Não aplicável | |
| iv) Sistemas de arrefecimento de cogeração | Não aplicável | |
| v) Humidificadores | Não aplicável | |
| b) Sistemas inseridos em espaços de acesso e utilização pública que utilizem água para fins terapêuticos ou recreativos e que possam gerar aerossóis de água. | Não aplicável | |
| c) A redes prediais de água, designadamente água quente sanitária. | Não aplicável | |
| d) Sistemas de rega ou de arrefecimento por aspersão, fontes ornamentais ou outros geradores de aerossóis de água com temperatura entre 20°C e 45°C. | Não aplicável | |

9.3.2 – Verificação do cumprimento das obrigações de prevenção e controlo da doença do legionário

| Requisito | Enq. legal | Verificado | Evidências / Justificação |
|---|--|---------------|---------------------------|
| a) Registo dos equipamentos mencionados na alínea a) do quadro anterior na plataforma eletrónica da DGS | a), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018 | Não aplicável | |
| b) Elaboração, execução, cumprimento e revisão do plano de prevenção e controlo | a), n.º 1, e al. a) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018 | Não aplicável | |
| c) Realização de auditorias aos equipamentos e à adequabilidade do plano | c), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018 | Não aplicável | |



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

| Requisito | Enq. legal | Verificado | Evidências / Justificação |
|--|--|---------------|---------------------------|
| d) Adoção de procedimento aplicável em situação de risco | d), n.º 1, e al. b) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018 | Não aplicável | |
| e) Adoção de um programa de manutenção e limpeza | n.º 3, art. 3.º da Lei 52/2018 | Não aplicável | |

9.4 – Responsabilidade ambiental

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho (de acordo com a listagem do anexo III, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março):

2. Operador de gestão de resíduos

Requisitos:

| Requisito | Enq. legal | Verificado | Evidências / Justificação |
|--|-----------------------|------------|--|
| a) Constituição de uma garantia financeira que lhe permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade desenvolvida. | Art. 22.º DL 147/2008 | Cumprido | A AIG EUROPE, LIMITED, declarou que a Equiambi, detém ao abrigo da Apólice PA18MA0254, um seguro de responsabilidade ambiental. Este seguro, constituído em 24 de outubro de 2018, cobre entre outras instalações o Centro de Processamento de Resíduos e Valorização Orgânica de São Jorge. |

10 – Irregularidades e infrações detetadas

Não foram detetadas irregularidades.

- a) Incumprimento, pelo operador de gestão de resíduos, dos termos e condições constantes do respetivo título, nomeadamente das condições assinaladas no ponto 5.2.2, o que viola o disposto no n.º 4 do artigo 91.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de contraordenação ambiental grave prevista na ii) do nº 2 do art.º 229.º do diploma citado;
- b) Incumprimento das condições impostas no título de utilização de recursos hídricos, o que viola o disposto no n.º 1 do art.º 67.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, em conjugação com o n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, configurando assim a prática de contraordenação ambiental muito grave prevista na alínea c) do nº 3 do art.º 81.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio.

De referir que este estabelecimento foi inspecionado em 09/05/2018 (INSP-2018-0041) tendo sido verificado o incumprimento de várias condições impostas no alvará de licença para a realização de operações de gestão de resíduos, alvará n.º 2/DRA/2014, bem como incumprimentos à licença de descarga de águas residuais alvará n.º AR/2014/82.



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

11 – Indicações e medidas adotadas

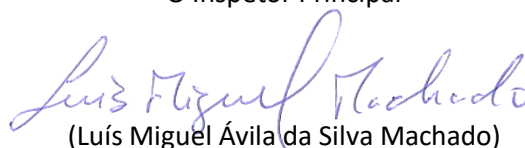
Indicações transmitidas:

Medidas adotadas:

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☒ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☒ Envio do relatório à Direção Regional do Ambiente, para conhecimento.

Ponta Delgada, 16 de abril de 2020

O Inspetor Principal


(Luís Miguel Ávila da Silva Machado)